

MPPA – Movimento dos Pescadores Profissionais e Artesanais

Desde a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República no ano de 2003, recentemente transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura (Lei Nº 11.958/2009), o tema da pesca e aquicultura vem ganhando relevante espaço no cenário nacional. Cabe destacar que neste período, foram realizadas tres conferências nacionais de aquicultura e pesca, bem como foi instituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca.

No que se refere à aquicultura, segundo levantamento estatístico divulgado pelo MPA em 2010, essa atividade já apresentou significativo crescimento nos últimos anos, passando de 278 mil toneladas em 2003 para 415 mil em 2009, o que equivale a 35% de incremento em menos de uma década. Ainda segundo o MPA, a aquicultura cresceu 43,8%, entre 2007 e 2009, tornando a produção de pescado a que mais cresceu no mercado nacional de carnes no período (MPA, 2011).

Já no que diz respeito à pesca, pode-se considerar que a promulgação da Lei no 11.959/09 em substituição ao Decreto-Lei no 221/67, representou um novo marco para a pesca em nível nacional, reconhecendo a atividade da pesca artesanal, responsável por 60 % da pesca nacional, como uma atividade familiar ampliando, assim, os direitos dos pescadores e as políticas públicas relacionadas ao setor à unidade familiar.

A criação de uma estrutura governamental para tratar especificamente das questões referentes ao setor, juntamente com o delineamento de uma política pública específica, têm promovido a crescente adesão das demais esferas públicas (estados e municípios) que passam a considerar o tema da pesca e aquicultura em suas estruturas governamentais.

No Rio Grande do Sul, onde a Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura indica a existência de aproximadamente 22 mil pescadores artesanais e 30 mil piscicultores, a ação do Governo do Estado andou na contramão do processo desencadeado em nível federal, dificultando, inclusive, a efetivação de algumas políticas públicas federais. Em uma secretaria que levava a pesca em seu nome coube ao setor apenas uma divisão em um de seus departamentos, sem nenhuma intervenção no sentido de fortalecer o setor, nem mesmo através de parcerias com o Governo Federal. Corrobora com isto a inexistência de histórico de ações verificada quando do início da atual gestão.

Neste contexto, as organizações dos pescadores artesanais e dos aquicultores passaram a desenvolver suas estratégias sem considerar a esfera estadual de governo, gerando um passivo socioambiental e econômico que atualmente demanda por uma intervenção urgente e substancial por parte do Governo do Estado, articulado com as demais esferas públicas.

Atualmente organizados em 31 colônias, 09 cooperativas, 06 fóruns regionais, 38 associações, 5 sindicatos e um movimento social (MPPA), os pescadores artesanais, responsáveis por aproximadamente 30% do volume de desembarque registrado do estado, enfrentam importantes desafios para a garantia de sua reprodução social. Por outro lado, articulados em algumas associações regionais e, principalmente, em um Pólo de Aquicultura instituído na região Noroeste do Estado desde 1998, os aquicultores gaúchos, responsáveis pela produção de 47.533 toneladas em 2009 (MPA, 2010), a maior produção entre os estados da Federação, mantém sua atividade sem qualquer apoio do governo estadual.

Diante deste cenário, a decisão da atual gestão pela criação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, que tem entre suas atribuições formular, coordenar e executar políticas dirigidas a públicos específicos (incluindo entre eles os pescadores artesanais e aquicultores familiares), com a estruturação de um departamento de Pesca, Aquicultura, Quilombolas e Indígenas, não só representa uma valorização da importância deste setor, como também demonstra uma clara intenção da atual gestão de estar trabalhando no sentido de fortalecê-lo, através de um trabalho em sintonia com as demais esferas públicas. Neste sentido é que é apresentada esta versão preliminar do *Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar.*

Nossa pauta de reivindicações para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul inclui:

- **Delimitação e regulamentação das áreas de uso tradicional das comunidades de pescadores artesanais, garantindo o direito à moradia e o acesso aos pesqueiros tradicionais.**
- **Programa de habitação para pescadores na área urbana e rural. Casas novas e reformas.**
- **Extensão pesqueira, apropriada às particularidades da pesca artesanal. Assistência técnica para as organizações.**
- **Apoio às cooperativas e associações de pescadores que têm empreendimentos de beneficiamento e comercialização de pescado.**
- **Apoio na conclusão e regularização das unidades de beneficiamento de pescado.**
- Compras institucionais de pescado (da pesca artesanal), através do PNAE.
- Apoio às iniciativas de feiras livres e demais formas de comercialização direta de pescado.
- **Programa de alfabetização para jovens e adultos (MOVA) nas comunidades de pescadores.**
- Inclusão digital para pescadores artesanais e suas famílias, com auxílio técnico e financeiro do Estado para manutenção dos telecentros.
- **Liberação e regulamentação da pesca do dourado e surubim na bacia do Rio Uruguai.**
- Humanização na abordagem da fiscalização ambiental e garantia de pesca zero (para pescadores profissionais artesanais e amadores) nos períodos de piracema/defeso.
- Gerenciamento e ordenamento pesqueiro no Rio Grande do Sul, nas águas interiores e na costa marítima.
- Dar concessão de uso para pontos de cabos de pesca já demarcados na costa gaúcha para os pescadores profissionais artesanais.
- Criação do território da pesca abrangendo o atual espaço geográfico do fórum do litoral norte.
- Aproveitamento das lagoas naturais com criação de peixes, por exemplo, em tanques-redes e outros.

Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais

- Desenvolver pesquisas com espécies nativas, junto às comunidades, para que os pescadores artesanais possam cultivá-las em tanques-redes.
- Cursos Profissionalizantes para pescadores e familiares. (Ex.: Meio Ambiente, Gestão administrativa e financeira, etc.).
- Criação de um programa específico para cuidar da saúde ocupacional dos pescadores artesanais.
- Fortalecimento das associações e cooperativas, dos fóruns de pesca e aquicultura.
- Fortalecimento da cadeia produtiva do pescado.
- Assessorar os municípios na criação do sistema de inspeção municipal (SIM).
- **Liberação da viola e cação para pesca artesanal no litoral gaúcho.(discutir período de pesca)**
- **Volta do RS PESCA para financiamento de pequeno porte para pescadores artesanais, e com menos burocracias.**
- Fazer com que os bancos públicos e cooperativas de crédito atendam aos pescadores com o Pronaf Pesca.
- Ter um fundo rotativo para aqueles pescadores que por ventura venham a ter dificuldade por questões climáticas.
- Fiscalização dos atravessadores.
- Garantia dos direitos dos pescadores como atingidos por barragens.
- Controle das barragens na bacia do Rio Uruguai, para que não haja a invasão das águas nas áreas de pesca, com a destruição dos materiais de trabalho dos pescadores.
- Que o governo do estado dialogue com o governo federal sobre o perdão das dívidas do PRONAF.
- Criação de um Grupo de Trabalho para discutir e encaminhar a pauta da pesca artesanal no estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a Lei 13660/2011.
- Fiscalização nas drenagens, taipas, banhados e bombas de sucção das lavouras de arroz, incluindo os níveis de agrotóxicos.